


**Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto, escriturária e exilada política:  
hermenêutica feminista de rastros biográficos**


**Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto, clerk typist and political exile:  
feminist hermeneutics of biographical traces**

**Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto, escribiente y exiliada política:  
hermenéutica feminista de huellas biográficas**


Rodrigo Freese Gonzatto\*

 <https://orcid.org/0000-0001-6034-5420>

Sara Campagnaro\*\*

 <https://orcid.org/0000-0001-5014-4414>

Edla Eggert\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-1980-7053>

**Resumo:** Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto (1911-1997) foi servidora do Ministério da Educação e Cultura (MEC), secretária geral do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e enfrentou a perseguição da Ditadura Militar, que a levou ao exílio na Iugoslávia e no Chile junto a seu marido, o filósofo e educador Álvaro Vieira Pinto. Este artigo reúne indícios, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, que permitem delinear uma biografia inicial de Maria Aparecida, apresentando algumas análises com base na hermenêutica feminista. Conclui-se que a trajetória de Maria é marcada pelo trabalho, no secretariado e na datilografia, em especial dos escritos de Vieira Pinto, bem como nos cuidados para a manutenção da vida do marido, além das interações que vivenciou com uma parcela importante da intelectualidade brasileira, figuras públicas dos ideais educacionais nos anos 1960-1970. Por fim, a história das mulheres é problematizada para estudos posteriores no campo das Ciências Humanas.

**Palavras-chave:** Hermenêutica feminista. História das mulheres. Ditadura brasileira.

\* Doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). *E-mail:* <rodrigo@gonzatto.com>.

\*\* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Psicóloga fenomenológico-existencial. *E-mail:* <campagnaro4640@gmail.com>.

\*\*\* Doutora em Teologia pela Escola Superior de Teologia – Faculdades EST. Professora da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Categoria 1B. *E-mail:* <edla.eggert@gmail.com>.

**Abstract:** Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto (1911-1997) was a Public Federal employe in the Ministry of Education and Culture (MEC), general secretary of the *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) [Advanced Institute of Brazilian Studies], and confronted persecution from the Military Dictatorship, which drove her into exile in Yugoslavia and Chile alongside her husband, the philosopher and educator Álvaro Vieira Pinto. This paper gathers evidence, through bibliographical and documentary research, that allows us to outline an early biography of Maria Aparecida, presenting some analysis based on feminist hermeneutics. The conclusion is that Maria's career is marked by work, in secretarial and typing work, especially of Vieira Pinto's writings, as well as taking care of her husband, in addition to the interactions she experienced with an important part of the Brazilian intelligentsia, public figures of educational ideals in the 1960-1970s. Finally, women's history is problematized for further studies in the field of Human Sciences.

**Keywords:** Feminist hermeneutics. Women's history. Brazilian dictatorship.

**Resumen:** Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto (1911-1997) fue funcionaria del Ministerio de Educación y Cultura (MEC), secretaria general del Instituto Superior de Estudios Brasileños (ISEB) y enfrentó la persecución de la Dictadura Militar, que la llevó al exilio en Yugoslavia y Chile junto a su marido, el filósofo y educador Álvaro Vieira Pinto. Este artículo reúne evidencias, por medio de investigación bibliográfica y documental, que permiten esbozar una biografía inicial de María Aparecida, presentando algunos análisis con base en la hermenéutica feminista. Se concluye que la trayectoria de Maria está marcada por el trabajo, en el secretariado y en la dactilografía, en especial de las escrituras de Vieira Pinto, así como en los cuidados para el mantenimiento de la vida del marido, además de las interacciones que experimentó con una parte importante de la intelectualidad brasileña, figuras públicas de los ideales educativos en los años 1960-1970. Por fin, la historia de las mujeres es problematizada para posteriores estudios en el campo de las Ciencias Humanas.

**Palabras clave:** Hermenéutica feminista. Historia de las mujeres. Dictadura brasileña.

## Introdução

Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto (Rio de Janeiro, 9/2/1911-18/10/1997) foi servidora pública do Rio de Janeiro, destacando-se pela sua carreira como escriturária e oficial administrativa. Trabalhou no Departamento Nacional de Saúde Pública, no Ministério da Educação e Saúde Pública, e no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi secretária geral (1955-1964) do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde atuou até o encerramento do órgão, com o Golpe Civil-Militar de 1964. Sofreu perseguição política da Ditadura. Casou-se com Álvaro Borges Vieira Pinto e saiu do país em exílio, primeiro na Iugoslávia (1964-1965) e, depois, no Chile (1965-1967), onde conviveu com outras exiladas/dos. Ao voltar ao Brasil (1967), viveu no Rio de Janeiro com o seu marido, condicionados a um afastamento da vida pública e acadêmica. Trabalhou na datilografia de traduções e obras filosóficas de Vieira Pinto, além de dedicar-se a cuidar da saúde dele. Apenas depois da sua Anistia (1980), conseguiu recuperar seu cargo e aposentar-se.

Maria Aparecida chefiou a secretaria do ISEB, importante espaço educacional e de produção intelectual de sua época, trabalhando e convivendo com diversas personalidades brasileiras. Por sua atuação no instituto e seu vínculo com o filósofo e educador Álvaro Vieira Pinto (diretor do ISEB na época), foi perseguida pela Ditadura Militar, passando pelas dificuldades financeiras e emocionais tanto no exílio quanto no retorno ao Brasil. Contudo, o nome de Maria Aparecida não consta mencionado em obras sobre o ISEB (Toledo, 1997, 2005; Vale, 2006). Recuperamos seu nome citado apenas em alguns textos sobre a vida de Álvaro Vieira Pinto (Côrtes, 2003; Fáveri, 2012; Freitas, 1998; Saviani, 2010), especialmente em três contextos da vida do filósofo: o seu casamento; a vida conjunta no Rio de Janeiro após retorno do exílio; e os debates sobre a busca por obras inéditas de Vieira Pinto.

A relação entre Maria Aparecida e Álvaro Vieira Pinto foi a questão que inicialmente mobilizou esta investigação, e que ganhou fôlego e se expandiu com o debate interdisciplinar que a pesquisa em Educação propicia<sup>1</sup>. Vieira Pinto desenvolveu importante obra educacional entre os anos 1960-1970<sup>2</sup>, e que continua sendo objeto de estudo e investigação, especialmente por sua relação e afinidade teórico-conceitual com Paulo Freire<sup>3</sup> (Faveri, 2014; Gonzatto, 2018; Paiva, 1980). Nesse sentido, foi imediato o espanto sobre como conhecemos tão pouco sobre Maria, mesmo ela sendo quem Vieira Pinto teve como parceira — convivendo e trabalhando juntos, no ISEB, no exílio e no Brasil.

Consideramos a ausência de informações sobre Maria Aparecida uma lacuna, resultado do androcentrismo<sup>4</sup> na pesquisa científica que, salvo exceções, leva a referenciar, seja o ISEB ou Vieira Pinto, como expoentes em si. Ambos se fizeram, também, com o trabalho e a influência de mulheres como Maria Aparecida, e frente à necessidade de resgate sobre a história das mulheres, esta pesquisa tem como objetivo de produzir um levantamento de sua história de vida, buscando rastros que permitam compreender melhor algumas dimensões de sua trajetória. Neste artigo, apresentamos os principais resultados preliminares já levantados, com as análises que o escopo atual já permite realizar.

Com o compromisso de posicionarmos o protagonismo de Maria Aparecida ao longo de sua própria trajetória de vida, encontramos na hermenêutica feminista uma chave metodológica de investigação propícia para a pesquisa da história de mulheres.

---

<sup>1</sup> Essa iniciativa tem origem em encontro realizado em 2015, quando a professora Edla Eggert convidou Luiz Ernesto Merkle, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e Rodrigo Freese Gonzatto, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), para debater sobre a vida e a obra de Álvaro Vieira Pinto em dois dias de seminário no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos (São Leopoldo, Rio Grande do Sul). Com experiência em pesquisa sobre história e produção de conhecimento das mulheres, Eggert observou as ausências e as insuficiências na apresentação de uma figura presente, mas de quem pouco se sabia: Quem foi Maria? Como se relacionou com Álvaro? Como participou do ISEB? A partir dessa intervenção questionadora, realizamos um levantamento inicial de menções à Maria Aparecida, na literatura sobre Vieira Pinto (Gonzatto; Merkle, 2015). Posteriormente, uma pesquisa sobre Simone de Beauvoir e Vieira Pinto (Gonzatto *et al.*, 2017) reavivou a necessidade de discutir o legado de Vieira Pinto desde a história das mulheres, que fomentou o presente artigo, resultante do estágio pós-doutoral de Rodrigo Freese Gonzatto, supervisionado pela Prof.<sup>a</sup> Edla Eggert, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da PUCRS.

<sup>2</sup> Embora suas obras mais conhecidas em Educação sejam *Sete lições sobre educação de adultos* (Vieira Pinto, 1982), *Ciência e existência* (Vieira Pinto, 1969) e *A questão da universidade* (Vieira Pinto, 1962), estas não resumem o pensamento de Álvaro Vieira Pinto sobre o tema. Sua reflexão sobre educação estende-se por toda sua produção intelectual, seja em livros sobre consciência e subdesenvolvimento (“Consciência e realidade nacional”), trabalho (“Por que os ricos não fazem greve?”), demografia (“El pensamiento crítico en demografía”) e tecnologia (“O conceito de tecnologia”). Escreveu manuscrito de um livro chamado *A educação para um país oprimido*, não publicado e que consta atualmente como perdido. Sua bibliografia educacional também inclui aulas para o Curso Regular de Filosofia no ISEB, as anotações de suas aulas sobre Hegel e as aulas de filosofia que ministrou no Paraguai, que deram origem ao livro *Filosofia actual*. Também foi professor da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), do ISEB e signatário do “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados”, de 1959 (Gonzatto; Merkle, 2017).

<sup>3</sup> Álvaro Vieira Pinto foi chamado por Paulo Freire de “mestre brasileiro” (Freire, 1987) e “grande filósofo brasileiro” (Freire; Guimarães, 2013). Além de mencionarem um ao outro em suas obras, os dois trabalharam juntos em alguns momentos, conviveram no exílio no Chile e trocaram leituras preliminares de seus livros (Gonzatto, 2018).

<sup>4</sup> Denomina-se androcentrismo a valorização do masculino e dos homens em detrimento ao feminino e às mulheres, que se coloca como norma dissimulada do masculino como sujeito universal, paradigma para a representação coletiva de todos, fazendo subsumir as mulheres (Sánchez Bello, 2002). Para Marcela Lagarde y de los Ríos (Lagarde, 2017, p. 145), é uma das formas de expressão do domínio masculino patriarcal, que supõe que os homens e o masculino seriam superiores, melhores, mais capazes e úteis do que as mulheres e o feminino.

## Hermenêutica feminista

As releituras da história movendo diferentes campos investigativos nos indícios deixados pelas mulheres proporcionam novos e outros olhares. Nossa busca de materiais que conduzissem outras possibilidades interpretativas sobre a vida de Maria Aparecida está inspirada em conceitos desenvolvidos pela ruptura desencadeada dos movimentos feministas do século XX. No Brasil, muitas têm sido as mulheres trazidas para a cena política e educativa como, por exemplo, a fascinante história de Elza Freire, primeira mulher casada com Paulo Freire, a alfabetizadora e inspiradora do método que o marido só conseguiu levar a termo devido à experiência docente da esposa. A pesquisa de Nima Spigolon (2014, 2022) revela a centralidade da contribuição teórico-prática de Elza Freire na pedagogia freiriana. Trazer para a cena o passado silenciado das experiências femininas e interpretá-lo é um dos caminhos propostos pela hermenêutica feminista.

A hermênutica feminista (Eggert, 1999) é uma proposta de análise e interpretação de textos que, sem tomar a experiência masculina como universal, exige exercícios interpretativos que, primeiro, visam “[...] perguntar onde estavam as mulheres, [e] depois buscam saber como estavam e viviam essas personagens para, então, conseguir reunir elementos subsidiadores para suspeitar do contexto e do texto apresentados como neutros e universais” (Eggert; Silva; Campagnaro, 2021, p. 16).

Inspiradas no trabalho da teóloga Elizabeth Schüssler Fiorenza (1992, 2004), e transpondo para a pesquisa em Educação, Márcia Paixão e Edla Eggert (2011) estruturam a aplicação da hermenêutica feminista a partir dos quatro elementos fundamentais elencados por Ivone Gebara (2000): 1) crítica do masculino como universal; 2) tomada de posição não-dualista entre masculino/feminino; 3) reconhecimento da construção social do gênero e da relatividade na formação social e individual; 4) cotidiano no centro das reflexões. E associam esses elementos com outra teóloga, Wanda Deifelt (2003, 2008), que propõe cinco passos: 1) suspeita; 2) recuperação de memórias e tradições esquecidas/colocadas à margem; 3) crítica, correção e transformação de conceitos; 4) repensar como o mundo acadêmico opera; 5) autoavaliação crítica.

Nesta pesquisa, aplicamos esses procedimentos em dupla chave metodológica, suspeita e especulação, que nos apoiaram na obtenção, na seleção e na interpretação dos dados, assim como na consolidação da redação de um texto biográfico. A primeira chave, da suspeita da história universal, indica atenção ao ocultamento das experiências de vida das mulheres, típico da tradição androcêntrica e patriarcal, e supõe estarem ocultos os indícios do protagonismo feminino nos relatos históricos. Operacionalizamos a suspeita por meio de perguntas, sempre que diante de dúvidas ou estranhamento com ausência de informações sobre mulheres, como Maria Aparecida: Por que não aparecem? Onde estão? O que faziam? Qual seu ponto de vista? E o que significa ser mulher (experiência, subjetividade, escolhas) em cada um dos espaços/posições investigados?

Outra chave, da especulação, trata do exercício da imaginação crítica feminista, em outras palavras, (re)leitura combinada com posições da literatura feministas e da experiência de mulheres. As especulações surgiram com as perguntas e levaram a breves análises hermenêuticas a partir de categorias da crítica feminista (Beauvoir, 2014; Lagarde, 2005; Saffioti, 1987), contextualizadas historicamente (sobre secretariado: Matiello Vaz; Terezinha Laimer, 2011; Ribeiro *et al.*, 2020; sobre mercado de trabalho: Guimarães; Brito, 2016, p. 19), para pensar relações de gênero, divisão do trabalho, entre outras questões que permeiam a reconstituição da história de Maria Aparecida. Por serem resultados parciais de pesquisa, nem todas as suspeitas se tornaram perguntas ou tiveram suas contrapartidas em especulações. Apresentamos algumas no texto como ensaios hermenêuticos, para problematizar informações e compartilhá-las com outras/os pesquisadoras/es.

A hermenêutica feminista contribui para pesquisas que se propõem à leitura histórica a contrapelo, especialmente diante da escassez de dados e informações diretas sobre a história das mulheres. Em nosso caso, auxiliou a tomarmos direções em todos os momentos da pesquisa, não só na leitura de documentos, mas também no levantamento e na seleção de fontes, bem como na redação do texto. Assim, o exercício hermenêutico não se restringiu ao dado coletado, pois é interpretação do mundo e pode abarcar todos os processos investigativos. Como a história das mulheres nem sempre é registrada em fontes oficiais ou mesmo no levantamento de história das ideias (por exemplo, os livros sobre ISEB que consultamos focam nas ideias dos homens intelectuais, mas não comentam sobre as mulheres, seu ambiente de trabalho, como seria útil para entender o trabalho das secretárias), os demarcadores sociais encontrados exigiram a suspeita (por exemplo, a busca por Maria Aparecida exigiu a pesquisa por “esposa”, “secretária”, “mulher”, “dona” ou “casa”).

A operação epistemológica informada pelas teorias feministas nos permitiu incluir passagens que poderiam ser ignoradas na perspectiva androcêntrica de pesquisa (como o ato de fazer café, que poderia ser minimizado sem um entendimento do trabalho de cuidado e de manutenção de energia vital). Assim, auxiliou a analisar passagens com outros olhares (é o caso da análise sobre o casamento e a vida em conjunto de Maria e Álvaro, em que a crítica feminista nos alerta para as armadilhas e as conveniências construídas em torno do ideal de amor romântico). E, também, informou a problematização da escrita da pesquisa, em anunciar e comunicar a posição de protagonismo, bem como o ponto de vista das mulheres. Ademais, exigiu questionar a linguagem androcêntrica, não apenas na escolha de termos, mas em como se posicionam os eventos e a agência sobre os acontecimentos, inclusive para se reinterpretar discursos (como questionar a narrativa de que Álvaro viveu seus últimos anos “isolado” em seu apartamento, como se Maria não estivesse lá).

A partir da hermenêutica feminista, conduzimos pesquisas bibliográficas e documentais, reunindo registros de momentos de sua vida, abrindo e complementando lacunas com base na literatura feminista e da história das mulheres. A pesquisa **bibliográfica** buscou identificar menções diretas e indiretas à Maria Aparecida<sup>5</sup>, bem como inferir sua presença ou situação por meio da hermenêutica feminista da literatura sobre a vida de Álvaro Vieira Pinto (Gonzatto; Merkle, 2017). Em revisão narrativa, chegamos à identificação de menções à Maria Aparecida e indícios de sua presença, em cinco destas obras (Côrtes, 2003; Fáveri, 2012; Freitas, 1998; Saviani, 2010; Sodré, 1994). Sua análise sistemática resultou no fichamento de 44 trechos de informações. A pesquisa **documental** utilizou o Arquivo Nacional, acessível por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)<sup>6</sup>, para a busca de documentos da administração pública federal. O descritor utilizado na busca foi “Maria Aparecida Fernandes” (sem aspas), que retornou 125 registros<sup>7</sup>, os quais foram consultados, analisados e categorizados sistematicamente, resultando em 25 registros<sup>8</sup> com dados sobre Maria Aparecida. Outras fontes consultadas: certidão de nascimento (*Family Search*), parcial da certidão de óbito (Portal extrajudicial do Poder Judiciário do

---

<sup>5</sup> Outras grafias encontradas de seu nome: Maria Fernandes e Cida Fernandes. Também citada como Dona Maria.

<sup>6</sup> O SIAN é a ferramenta de busca *online* disponível no *site* do Arquivo Nacional. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp). Acesso em: 6 jun. 2024.

<sup>7</sup> Resultado da busca realizada em 8 de fevereiro de 2023. Também foi utilizado o descritor “Maria Aparecida Fernandes” (sem aspas), mas este não retornou resultados.

<sup>8</sup> Registros de seis fundos: 1) Campanha da Mulher pela Democracia – BR RJANRIO PE; 2) Comissão Nacional da Verdade – BR RJANRIO CNV; 3) Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – BR RJANRIO HF; 4) Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – BR RJANRIO TT; 5) Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4; 6) Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8.

Estado do Rio de Janeiro), parecer de abandono de cargo (Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas – FGV), processos (JusBrasil) e algumas menções em jornais.

Por fim, suspeitas e especulações sobre os dados nos levaram a buscas assistemáticas e contatos com outras/os pesquisadoras/es, complementando informações sobre ISEB (Cestari, 2021; Lovatto, 2021, 2009; Martins, 2015;), Vieira Pinto (Corbisier, 1987; Ferreira, 2016; Freire; Guimarães, 2013; Furtado, 2021; Mainardes, 2015, 1992), exilados (Nunes, 1979; Spigolon, 2014; Tércio, 2011) e novas menções diretas à Maria (Pereira, 1992; Saviani, 2014; Stein; Sapia, 2004).

## Rastros biográficos de Maria Aparecida Fernandes

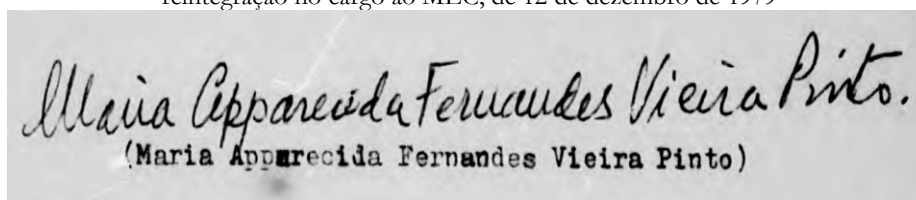
Com base em informações levantadas durante a pesquisa até o momento, apresentamos, nesta seção, elementos da história de vida de Maria Aparecida Fernandes. Trabalhamos com subseções, para demarcar mudanças ou eventos importantes, mas sem almejar uma periodização biográfica.

### *Trabalho no serviço público*

Maria Aparecida Fernandes nasceu em 9 de fevereiro de 1911, no Rio de Janeiro (Guanabara), filha de Clementina Fernandes e José Alves Fernandes, bem como neta de Rita Joaquina Fernandes e Francisco Fernandes, avós por parte de mãe<sup>9</sup>. Aos 8 anos de idade, em 11 de fevereiro de 1919, nasceu sua irmã Lourdes Fernandes. Sua irmã viria a se casar com Carlos Schumacher e, em 6 de fevereiro de 1943, nasceu seu sobrinho, Jorge Fernandes Schumacher.

Seu segundo nome (que recorrentemente aparece grafado com apenas um “p” em estudos sobre a vida de Álvaro Vieira Pinto) é “Aparecida”, que pode ser identificado tanto na sua certidão de nascimento como em sua assinatura pessoal em 1979 (Figura 1).

**Figura 1** – Assinatura de Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto em sua carta de pedido de reintegração no cargo ao MEC, de 12 de dezembro de 1979



**Fonte:** Extraída de Anistiados (1980).

Não encontramos informações sobre sua infância, adolescência e cotidiano individual. Desse modo, várias perguntas ficam em aberto, sobre sua formação, família e convivência. Em relatório de tempo de serviço de Maria Aparecida (Anistiados, 1980), temos que o primeiro trabalho formal de Maria Aparecida foi em janeiro de 1932. Aos 21 anos, foi nomeada, interinamente, como servente da Inspetoria Sanitária da Marinha Mercante, no Departamento Nacional de Saúde Pública. Em junho de 1933, foi nomeada servente (2ª classe) do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em novembro de 1935, tornou-se auxiliar de almoxarifado. Em janeiro de 1936, sua função foi alterada para escriturária (classe F). Em março de 1939, foi publicada Portaria com elogio “pela eficiência e capacidade” e, em dezembro, recebeu promoção por merecimento escriturário (classe G). Em julho de 1941, passou para o quadro suplementar e, em março de 1944, ingressou no quadro permanente, ainda como escriturária. Em dezembro de 1947,

<sup>9</sup> Informação obtida em certidão de nascimento, no qual constam avós paternos como ignorados.

aos 36 anos, Maria foi nomeada oficial administrativa (classe H) e, em 1950, recebeu uma promoção (por antiguidade), passando para classe I. No ano seguinte, janeiro de 1951, foi publicado em Portaria Ministerial um elogio: “[...] pela valiosa colaboração, zelo e eficiência” (Anistiados, 1980, p. 62).

O trabalho como escriturária foi central na sua vida. Maria Aparecida foi escriturária do serviço público quando a máquina de datilografar ainda estava se difundindo no Brasil (Matiello Vaz; Terezinha Laimer, 2011). Escrever e transcrever, datilografar e acompanhar ditados são habilidades que exerceu durante toda a sua vida, e que lhe serão de destaque, recebendo elogios públicos pela competência. No entanto, ao desenvolver esse trabalho na juventude, construindo sua carreira, a hermenêutica feminista nos impele a perguntar: o que significava ser mulher e atuar como escriturária, entre 1930-1950, em um órgão público do Distrito Federal? O trabalho formal, fora de casa era majoritariamente masculino. Mesmo em anos seguintes, segundo análise do Censo de 1960 (Guimarães; Brito, 2016, p. 19), “[...] quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar buscavam no mercado os meios de sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres”. Como mulher branca, o serviço público (e em espaços ligados à educação e à saúde) era uma oportunidade de trabalhar e constituir uma carreira profissional.

### *Secretaria do ISEB*

Seu desenvolvimento profissional como oficial de administração a levou a assumir um posto importante na administração de um espaço central na vida político-social do Brasil entre os anos 1950-1960. Como servidora do MEC<sup>10</sup>, Maria Aparecida tornou-se secretária geral do recém-criado ISEB, em 1955. Foi, assim, sua primeira funcionária, vindo a trabalhar com sua irmã, Lourdes Fernandes, escriturária no mesmo órgão (Faveri, 2012, 2014; Saviani, 2010).

Para um panorama das responsabilidades que possuía, as atividades desenvolvidas no ISEB incluíam aulas em cursos regulares anuais (1956 a 1963, apenas não em 1961 – o primeiro curso regular teve 66 diplomados e, outros, cerca de 30) e extraordinários (para as Forças Armadas, lideranças universitárias, clubes profissionais etc., além de cursos fora do Distrito Federal – alguns com numerosas participações; um chegou a 600 inscritos e, outro, a 298 concluintes). Também, eram organizadas muitas palestras, conferências (dentro e fora da sede) e a publicação de livros originais e traduzidos. Assumimos que Maria Aparecida participou da produção material e organização logística destas e outras atividades administrativas, tais como relatórios, correspondências, informações, contatos telefônicos etc.

Sua posição como secretária geral fazia com que se relacionasse com muitas pessoas. Diferentes “mundos” passavam pelo ISEB: professores, estudantes, políticos, militares e profissionais das mais distintas posições e áreas, de diferentes estados e instituições. O instituto teve diferentes fases e perspectivas, que atraíram debates sobre as ideias de nação e de desenvolvimento do Brasil (Martins, 2015). Se, no início, as atividades do ISEB eram promovidas e recebidas para um público mais elitizado, isso se transformou ao longo do tempo. Lovatto (2021) destaca o ISEB como organização intelectual que se efetivou fora da universidade (ainda que relacionada a ela), mas ligada às lutas populares, aos institutos, aos partidos e aos movimentos (estudantis, sindicais, rurais).

---

<sup>10</sup> Na época, uma mudança ministerial realocou a Educação, anteriormente parte do Ministério da Educação e Saúde (MES), formando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953 (Brasil, 2018).

Refletimos sobre os espaços ocupados pelas mulheres no ISEB: na docência, algumas participaram como professoras assistentes ou ministrando conferências e participações pontuais<sup>11</sup>; outras passaram pelo instituto como estudantes<sup>12</sup>, mas em número muito menor que seus colegas homens; em fotos de palestras, eventos, conferências, temos mulheres presentes no público<sup>13</sup>. Especulamos que circulavam naquele espaço também outras interessadas, assim como amigas, esposas e familiares, já que o ISEB também realizou solenidades e jantares. No entanto, nossa suspeita é de que, no ISEB, a equipe de secretaria, assim como a de serviços gerais (limpeza e higienização), foram espaços ocupados majoritariamente por mulheres.

Perguntamo-nos: Como era ser secretária em um espaço como o do ISEB? Na função de trabalhadora, Maria Aparecida chefiou um espaço tradicionalmente relegado às mulheres (secretariado), em um espaço dominado por homens (Educação Superior, intelectualidade, pesquisa, política, economia). Ainda que estivesse na chefia, estava diante de uma divisão sexual do trabalho. O secretariado, a partir do século XX, é uma profissão ocupada majoritariamente por mulheres brancas (Matiello Vaz; Terezinha Laimer, 2011; Ribeiro *et al.*, 2020). Para elas, era um dos poucos espaços possíveis de trabalho remunerado, fora de casa, mas também um trabalho indesejado pelos homens, estereotipado como “feminino”: atividade de reprodução da vida cotidiana, de menor remuneração e perspectiva de ascensão de carreira.

Em sociedades patriarcais, aspectos de subsistência, organização e cuidado em geral são direcionados às mulheres (Lagarde, 2005). O ISEB não fugiu à regra de seu tempo, sendo as atividades, como as de organização, digitação, transcrição de ditados, café, atendimento, relegadas às mulheres. Nessa divisão do trabalho por gênero, mulheres ficam com mais parcelas do trabalho manual necessário para a realização do trabalho intelectual de homens. É possível imaginar o núcleo da intelectualidade servido pelas mulheres nas ações de “manutenção da vida”, no dizer de Heleieth Saffioti (1987). Essa é uma forte suspeita inspirada na hermenêutica feminista, pois, em detalhes, não temos essa informação. O trabalho das mulheres no secretariado, do ISEB e em geral, é invisibilizado, visto que os nomes delas não constam em documentos de ementas e relatórios. Nesse sentido, a única menção à Maria Aparecida que encontramos nos acervos consultados está na relação dos diplomados do curso regular de 1962, que possui agradecimento à “Sra. Maria Aparecida Fernandes – Secretária-Geral do I.S.E.B”.

Com quase cinco anos no ISEB, em maio de 1960, o enquadramento de carreira de Maria Aparecida progrediu e passou a integrar o quadro permanente da Tabela Única de Extranumerário Mensalista (TUM) do MEC (classe I). Em seguida, recebeu “promoção - por merecimento - Oficial Administrativo” (classe J). Em julho, novo enquadramento colocou-a no Nível 14-B (Anistiados, 1980).

---

<sup>11</sup> Digno de nota o artigo de Angélica Lovatto (2009), o qual apresenta a trajetória de Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann, autoras da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, promovida pelo ISEB e editada pela Civilização Brasileira.

<sup>12</sup> Em listas de estudantes do ISEB, entre as mulheres-estudantes, notamos uma grande presença de professoras, ou melhor, trabalhadoras da educação que ali buscavam formação.

<sup>13</sup> O ISEB também ofereceu curso de formação política para o Movimento Nacionalista Feminino (MNF) (Cestari, 2021, p. 640).



*Relacionamento com Álvaro Vieira Pinto*<sup>14</sup>

Foi no ISEB que Maria Aparecida conheceu Álvaro Vieira Pinto, com quem viria a se casar. Durante suas atividades de ISEB, os dois mantiveram contato próximo, como lembra Saviani (2010, p. 12):

Ela, recordando com entusiasmo seu trabalho no ISEB, do qual foi a primeira funcionária, responsabilizando-se pelos serviços de secretaria. Foi lá que ela conheceu Vieira Pinto, com quem – afirma agora amorosamente – ela implicava porque era quem mais lhe dava trabalho; aparecia freqüentemente com longos manuscritos para ela datilografar.

Maria Aparecida datilografava os manuscritos de Vieira Pinto (Fáveri, 2014, p. 94; Saviani, 2010, p. 12), obras que hoje são fundamentais na filosofia e no pensamento político e social do Brasil. Ela também acompanhava Vieira Pinto nas aulas que ele ministrava no ISEB. Um ex-aluno do ISEB, Affonso Celso Mendonça de Paula, se recorda dele “[...] sempre acompanhado pela secretária, que mais tarde assumiria como esposa” (Fáveri, 2012, p. 177).

Sobre a personalidade de Vieira Pinto, Lourdes e Jorge Fernandes Schumacher lembram que ele era muito estudioso, atento aos problemas nacionais, poliglota, mas também “[...] uma pessoa incrivelmente introvertida e acanhada. Não gostava de ser elogiado e detestava ficar em reuniões sociais” (Fáveri, 2012, p. 89). Nesse aspecto:

Nas festas e reuniões [...] não bebia uma gota de álcool e, por mais animada que fosse a conversa, por mais interessantes que fossem os interlocutores, [...] verificava que era meia-noite e se retirava [...]. A Tia Cora, que o criou, esperava-o em casa, e não dormia enquanto o sobrinho não chegasse. [...] ao voltar não dormia, mas lia até de madrugada (Corbisier, 1987, p. 9).

Hélio Jaguaribe comenta que “[...] tinha uma personalidade muito frágil, delicada” (Fáveri, 2012, p. 206) e, em carta, o próprio Álvaro assumiu: “Sou de temperamento um homem sensível” (Furtado, 2021, p. 71). Para seu ex-aluno Orsely Guimarães Ferreira de Brito, Maria percebia a timidez dele, apoiava, protegia e dava segurança:

Orsely: Ela o capturou, ela percebeu sua timidez com todo mundo, que se acentuou na época em que foi exilado. Ela foi muito esse esteio, nessa parte afetiva, para ele. Ele estava sempre temeroso e ela estava sempre junto, dando-lhe apoio e sendo aquela companhia que transmitia segurança nos momentos de turbulência. No fundo, ela tinha aquele ar de protetor e ele se sentia protegido com a presença dela. Interessante, não era só secretária do ISEB, era uma pessoa que o protegia (Fáveri, 2012, p. 177).

A relação entre os dois indica uma cumplicidade com os desafios em torno do ISEB, especialmente nos últimos anos do Instituto. Foi Maria Aparecida quem convenceu Vieira Pinto a assumir a diretoria executiva do ISEB, pois ele não queria assumir o cargo, não achava que lhe cabia a posição. Segundo Fáveri (2012, p. 72), ela fez a pedido de membros do instituto:

[...] vagou a função de diretor executivo do ISEB. Então, através de uma reunião interna e por unanimidade, Álvaro foi escolhido e coagido para ocupar o cargo. Não queria, de jeito nenhum, assumir. Sempre defendia o seu lugar, a sua sala para produzir o seu

---

<sup>14</sup> Álvaro Borges Vieira Pinto (Campos dos Goytacazes, 1909 – Rio de Janeiro, 1987) foi professor, cientista, médico, tradutor e um dos mais importantes filósofos brasileiros. Formado em Medicina, atuou como médico clínico durante um ano, como laboratorista e pesquisador na Fundação Gaffré e Guinle (Rio de Janeiro), por 16 anos. Foi professor na Universidade do Distrito Federal. Estudou na França (1949-1950) e ministrou aulas no Paraguai (1954-1955). Foi diretor do departamento de filosofia (1955-1961) e diretor executivo (1961-1964) do ISEB. Sofreu perseguição política da Ditadura Militar no Brasil, em 1964. Com sua esposa, Maria Aparecida Fernandes, viveu na Iugoslávia e no Chile, em exílio, e no Brasil, após o retorno de ambos em 1968 (Gonzatto, 2018).

pensamento, que por sinal era a menor sala do ISEB. Contudo, com a articulação das forças vivas no interior do ISEB, sob o comando de Roland Corbisier, convenceram a sua [futura] esposa, Maria, para que influenciasse e convencesse o seu companheiro a assumir a diretoria executiva do ISEB. Somente depois da influência de sua esposa, e para não desapontá-la ou contrariá-la, aceitou o cargo.

Esse relato sinaliza que tipo de confiança e confiança que Vieira Pinto tinha com Maria Aparecida para decisões pessoais, assim como seu envolvimento com a política interna do instituto. Maria, como secretária geral, e Álvaro, como diretor executivo, são duas pessoas em posições de liderança, na que viria a ser a última fase do ISEB.

### *Perseguição política*

Com Álvaro Vieira Pinto na direção executiva, e junto a Nelson Werneck Sodré, o ISEB reorientou-se a partir de 1961, desviando do público mais elitizado do seu início, de maneira que se aproximou de movimentos populares e estudantis (Lovatto, 2021, p. 23; Vieira Pinto, 1962). Isso foi acompanhado de ataques, por diversos meios de comunicação, como o jornal *O Globo*, que promoveu contínua campanha difamatória contra o ISEB e Vieira Pinto (Fáveri, 2014, p. 48; Lovatto, 2021, p. 14).

O instituto passou por momentos difíceis nessa nova fase, com cortes de verbas e dificuldades financeiras (Lovatto, 2021). No entanto, Maria Aparecida permaneceu trabalhando no ISEB até o Golpe Civil-Militar, em 31 de março de 1964. O Golpe, organizado por militares, e com muitos apoiadores civis-empresariais, via o instituto como um espaço ideológico a ser interrompido pela direita e pelo conservadorismo (Lovatto, 2021, p. 14). De fato, o ISEB foi encerrado, não sem antes depredarem sua sede em 1º de abril (Lovatto, 2021, p. 14), apreendendo e destruindo arquivos e biblioteca (Freitas, 1998, p. 174; Martins, 2015). Lourdes Fernandes conta que: “Logo depois da invasão, encontrou um lugar desolador, havia papéis e pedaços de livros espalhados por todo o recinto” (Fáveri, 2012, p. 25). Sobre seu encontro com Maria no dia seguinte, comenta Wanderley Guilherme dos Santos (Stein; Sapia, 2004, p. 41):

No dia seguinte ao do golpe, eu e Carlos Estevão Martins fomos lá na [editora] Civilização [Brasileira]. Só estavam lá o garçom do bar e a Dona Maria Fernandes que era secretária geral. Alguns corajosos foram lá para defender e levar os arquivos, [...] essa coisa toda que poderia desaparecer. Nós fomos lá e as paredes estavam todas metralhadas, não havia mais o que fazer.

Segundo Hélio Jaguaribe (Fáveri, 2012, p. 206), “[...] invadiram o local de metralhadora em punho, destruíram a biblioteca, e, aí, começou a perseguição ao diretor executivo [Vieira Pinto], porque, no instante da invasão, não se encontrava no Instituto”. De fato, a partir desse momento, os nomes de Maria e Álvaro constavam em listas de denúncia contra os componentes do ISEB feitas pela Justiça Militar, publicadas em jornais da época, como indiciados por atividades subversivas (Indiciados, 1964). Essas listas foram republicadas por anos (Anistiados, 1980; Sodré, 1994, p. 66-67). Em setembro de 1973, por exemplo, um documento confidencial (Atividades, 1973, p. 11) listou Maria Aparecida entre os/as 46 isebianos/as denunciados/as pela Procuradoria Geral da Justiça Militar para futuro julgamento. Os crimes imputados a ela seriam: “Incorreu nos arts. 2º, III; 7º; 9º; 10º, com o agravante do art. 34º, a da Lei 1802/53” e poderiam implicar de 10 a 20 anos de prisão, ou mais, por ser servidora pública.

Perseguida política por seu envolvimento com o ISEB, não temos indícios para especular quais eram os ideais de Maria Aparecida e suas posições ideológicas. Contudo, a posição de Maria Aparecida era delicada: Quais seriam as implicações para si, frente a outros nomes, com tantas figuras públicas, que sabidamente se opuseram à Ditadura, aos valores e à orientação política desta?

Em lista publicada em 4 de setembro de 1964, no *Correio da Manhã* (Indiciados, 1964)<sup>15</sup>, entre 32 isebianos/as intimados/as, constam cinco mulheres: Varvara Kulakova que havia sido professora em conferências; Helga Hoffman, que havia sido estudante e, depois, professora; Maria Thetis de Carvalho, que foi estudante da turma inaugural; e Maria Aparecida e Fani Goldfarb Figueira, secretárias do ISEB.

Em 13 de abril de 1964, por Decreto (nº 53.884), foi extinto o ISEB oficialmente e instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) contra o instituto (Côrtes, 2003), “[...] cassando os direitos políticos de seus membros” (Martins, 2015). Pessoas próximas a Vieira Pinto, mesmo sem ligação com o ISEB, tiveram suas casas invadidas e revistadas por policiais e militares – isso aconteceu tanto com sua sobrinha, Mariza Urban, como com a casa de sua tia-avó, Cora Maia Vieira Pinto, onde ele morava na época (Fáveri, 2012, p. 107-108; Furtado, 2021, p. 71).

### *Refúgio e casamento*

Com o Golpe Civil-Militar em curso, provavelmente o que se sucedeu é que Maria Aparecida e Álvaro Vieira Pinto buscaram refúgio no interior de Minas Gerais (Côrtes, 2003, p. 322). Vieira Pinto por segurança assumiu pseudônimo (Côrtes, 2003, p. 322) e acreditamos que Maria Aparecida também o fez, visto que também era procurada. Essa situação pode ter relação com o que Mariza Urban relatou: com o início do Golpe, seu pai (Arnaldo) tirou Vieira Pinto da cidade e escondeu-o em uma fazenda (Fáveri, 2012, p. 107-108). Depois, voltou para a cidade, negociou com algumas embaixadas e conseguiu o exílio na Iugoslávia (Fáveri, 2012, p. 107-108).

Um relatório de tempo de serviço de Maria Aparecida (Anistiados, 1980) apresenta informações interessantes que permitem alinhar melhor as datas e os acontecimentos. Consta que compareceu ao trabalho assiduamente até março de 1964. Em 31 de março, começou o Golpe Civil-Militar. Em abril, ela não foi para o trabalho. Em maio, retornou, trabalhou 21 dias – e, nesse mês, consta a anotação “Apresentada à D.P em 11-5-64”. Em junho, 30 dias. Julho foi o último mês que trabalhou, não comparecendo após 24 de julho<sup>16</sup>. Já em nota de jornal (Asilados, 1964) consta que, em 25 de julho de 1964, apenas Álvaro e Maria estavam na embaixada da Iugoslávia: o Itamaraty preparava salvo-conduto, e os dois esperavam data para deixar o país.

Nesse período, em 12 de junho de 1964, Álvaro Borges Vieira Pinto tornou-se esposo de Maria Aparecida Fernandes (Figura 2). O casamento foi realizado com separação total de bens<sup>17</sup>, e Maria acrescentou o sobrenome do esposo. A união foi realizada, segundo parentes, para que Maria pudesse viajar junto, buscando apoio legal e mais segurança, com o exílio (Fáveri, 2012, p. 48, 113). Lourdes Fernandes (Fáveri, 2012, p. 92) comentou que sua irmã nunca havia se casado

---

<sup>15</sup> Uma delas, publicada no *Correio da Manhã*, em 4 de setembro de 1964: “Por determinação do coronel Gérson de Pina, encarregado do IPM no ISEB, deverão comparecer ao Palácio da Cultura, sala 214, diariamente, das 8h30m às 11h30m, como indiciados por atividades subversivas, além do ser. Ewaldo Corrêa Lima, os srs. Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Álvaro Borges Vieira Pinto, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Nélon Werneck Sodré, Milton Coelho da Graça, Moacir Paixão e Silva, Hugo Régis Reis, Domar Campos, Osvaldo Herbster Gusmão, Osni Duarte Pereira, Vanderlei Guilherme dos Santos, Mário Magalhães, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Joel Rufino dos Santos, Dóris Anaviev, Anderson Mascarenhas, Donato Ferreira Machado, Alberto Latorre de Faria, Eduardo Sobral, Roberto Gonçalves Pontual, Herbert José de Souza, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Rubem César Fernandes, Luís Bayard da Silva e Eduardo Chuahym, e as sras. Maria Aparecida Fernandes, Varvara Kulakova, Helga Hoffman, Maria Thetis de Carvalho e Fani Goldfarb” (Indiciados, 1964, p. 1).

<sup>16</sup> No documento (Anistiados, 1980), não consta onde Maria trabalhou nos dias após o Golpe, mas provavelmente em outras atividades do MEC, visto que o ISEB se encontrava destruído.

<sup>17</sup> Provavelmente, não tinham outra possibilidade, por conta do art. 258 do Código Civil de 1916, que estabelecia essa condição para casamentos “Do maior de sessenta e da maior de cinquenta anos”.

antes; além disso, destacou que o casamento com Álvaro aconteceu com ambos em idade mais madura; na época, ela possuía 53 anos, e ele, 54. Especulamos que nem Maria Aparecida, nem Vieira Pinto tinham seus projetos de vida em torno de casamento. Entretanto, também não nos parece que o casamento indica apenas uma relação de conveniência momentânea. Vieira Pinto mobilizou seu capital político-social para auxiliar a Maria com uma alternativa perante repressão direta da Ditadura. E foi uma escolha de Maria oferecer parceria e apoio à Vieira Pinto, que estava fragilizado, fora do seu ambiente de segurança. Como comentou Osny Duarte Pereira: “Auxiliado pela Secretária Geral, a eficientíssima Maria Aparecida Fernandes, que maternalmente assistia Álvaro, zelando pela precária saúde do mestre, ela não abandonou os misteres e [...] casaram-se” (Pereira, 1992, p. 2)

Ambos lidavam com a emergência de uma nova situação. Mesmo com um casamento realizado de “última hora” para se ajudar e apoiar mutuamente, conforme Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 94, 113), nota-se a preocupação entre ambos, que, a partir da construção de um horizonte comum, construído nas relações de trabalho, resultou na decisão de exilaram-se juntos.

**Figura 2** – Casamento civil de Maria Aparecida Fernandes e Álvaro Vieira Pinto (ao centro) em 12 de junho de 1964



**Fonte:** Acervo pessoal da Família Schumacher.

Após Arnaldo Borges Vieira Pinto (cunhado de Maria, pai de Mariza) negociar com algumas embaixadas, Maria e Álvaro voltaram ao Rio de Janeiro e ficaram escondidos na Embaixada da Iugoslávia, até terem permissão para fazer o embarque para o exílio e, com ajuda de Arnaldo, escaparam do cerco policial para embarcar ao exterior (Fáveri, 2012, p. 48, 101, 107-108, 113).

*Exílio na Iugoslávia*

Maria Aparecida deixou o Brasil com seu marido em 8 de agosto de 1964. Viajaram com Salvo-Conduto pessoal fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores. Durante a viagem, em 29 de agosto, o cargueiro em que estavam passou por Salvador (Demitidos [...], 1964, p. 4). Consta terem solicitado asilo formal na Embaixada da Iugoslávia em setembro, com ajuda de Ênio Silveira (Côrtes, 2003, p. 322). Chegaram a Belgrado, na Iugoslávia, provavelmente em 18 setembro<sup>18</sup>, após “longas esperas e comprida viagem”, como contou Vieira Pinto (Furtado, 2021, p. 71). Em outubro de 1964, o governo iugoslavo os instalou em Split e em Dubrovnik (Ragusa), no Mar Adriático (Mainardes, 2015, p. 101; Pereira, 1992)<sup>19</sup>.

Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 107-108) comentou que Vieira Pinto e Maria Aparecida ficaram com um grupo de pessoas também exiladas na Iugoslávia (Figura 3).

**Figura 3** – Álvaro Vieira Pinto e Maria Aparecida (à esquerda) e dois exilados brasileiros no Parque Kalemegdan, Iugoslávia, em 1965



**Fonte:** Foto de Ernani Vieira Pinto cedida a Jefferson Mainardes no ano de 1992.

Um relato sobre exilados no país (Tércio, 2011) menciona a chegada de Maria e Álvaro, assim como um pouco da convivência e das dificuldades:

Longe das famílias e do Brasil, sem saber quando poderiam voltar, os demais exilados também começaram a entrar num círculo de fastio. Pensavam em conseguir trabalho, pensavam também nos amigos que poderiam estar sendo perseguidos ou presos. [...]. Sem jornais brasileiros, sem falarem o difícil idioma servo-croata, [...], e depois de conhecerem tudo no país, não tinham mais nada a fazer, nem trabalho, o que era preocupante. As tardes nos pitorescos cafés da rua Skardalija, parte antiga da cidade, se tornaram insípidas. [...] três meses depois de chegar a Belgrado, o grupo começou a se separar (Tércio, 2011, p. 252-253).

Em Belgrado, Maria e Álvaro puderam ficar hospedados em um bom hotel, sem despesas, mas sem perspectivas de trabalho (Furtado, 2021). A estadia no país foi marcada pela dificuldade financeira e de comunicação. Lourdes e Jorge Fernandes Schumacher (Fáveri, 2012, p. 89)

<sup>18</sup> Em carta de 4 de outubro de 1964 (Furtado, 2021), Vieira Pinto comentou que chegaram a Belgrado havia 23 dias.

<sup>19</sup> Agradecemos a Jefferson Mainardes que, em conversa pessoal, gentilmente contribuiu com a observação de que essa informação lhe foi mencionada por Osny Duarte Pereira (1992), em carta de 22 de fevereiro de 1992.

comentaram que Vieira Pinto, “[...] no trajeto de ida para lá de navio, juntamente com o comandante aprendeu o servo-croata”, e, assim, conseguiu ler algo em jornais e saber das notícias do Brasil (Mainardes, 2015; Saviani, 2010), ainda que sentisse dificuldade de dominar o idioma o suficiente para poder dar aulas ou escrever (Furtado, 2021). Em carta de 14 de outubro de 1964 a Celso Furtado (Furtado, 2021, p. 71-74), Vieira Pinto explicou a situação do casal e pediu ajuda:

Maria foi demitida do cargo de oficial administrativo do gabinete do ministro da Educação, cargo que ocupava há 34 anos, indo aposentar-se aí no final deste ano. [...]. Tive que vender boa parte dos meus bens para sustentar a casa no Rio, onde ficou minha mãe e minha irmã e a casa da mãe de Maria<sup>20</sup> (Furtado, 2021, p. 72).

Também escreveu Vieira Pinto (Furtado, 2021, p. 71): “Sou de temperamento sensível e entrei num estado de funda angústia e abatimento físico”. Se Álvaro encontrava-se nessa situação, como estaria Maria? Aos 54 anos, Maria Aparecida encontrava-se fora do seu país, sem entender a língua local, longe da família e iniciando a convivência com o recém-marido.

Ficaram aproximadamente um ano na Iugoslávia. Em 1965, com a ajuda de Paulo Freire, conseguiram asilo no Chile (Freitas, 1998, p. 174; Mainardes, 2015). Da Iugoslávia, foram para Paris e, de lá, para o Chile (Fáveri, 2012, p. 91).

### *Exílio no Chile*

Em 1965, Maria Aparecida e Álvaro Vieira Pinto chegaram ao Chile. Receberam acolhimento de Elza Freire e Paulo Freire, de forma que moraram na casa desse casal, que era um lugar de encontro e união de exilados no Chile (Freire; Guimarães, 2013; Spigolon, 2014 p. 164, 181). Naquele momento, Paulo Freire estava finalizando seu livro *Educação como prática da liberdade* e “[...] Álvaro ficou um tempo lá em casa e depois foi para um apartamento perto de nós, de modo que ele pôde fazer a leitura crítica que pedi, e tivemos muitos diálogos sobre ela” (Freire; Guimarães, 2013, p. 99) Depois, Maria e Álvaro se mudaram para outra casa.

No exílio, passavam por dificuldades financeiras (Fáveri, 2012, p. 123). Ainda em 1965, Vieira Pinto recebeu convite para trabalhar oferecendo assessoria ao Ministério da Educação chileno com Freire (Saviani, 2010) e trabalhou com aulas avulsas, conferências, cursos e escritos (Fáveri, 2012, p. 123). Com ajuda de amigos, Vieira Pinto conseguiu trabalho no Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), para escrever livros. Maria insistiu para que aceitasse escrever *El Pensamiento Crítico en Demografía*, já que ele estava receoso em começar um trabalho em demografia, temática que ainda não dominava<sup>21</sup>. Também em exílio, Adão Pereira Nunes relatou como Maria animava Vieira Pinto e trabalhava com ele, realizando a datilografia de documentos:

O filósofo Álvaro Vieira Pinto encaramujou-se. A esposa Maria, secretária, enfermeira e cozinheira, era quem o fazia mover-se, injetando-lhe ânimo. Que companheira! Residiam em rua movimentada da capital chilena [...]. A Tia Cora, de noventa anos, completava a família do casal sem filhos. Ela era a mais valente dos três. [...] acabrunhado por falta de trabalho, sem dinheiro, Vieira Pinto se enferrujou de pessimismo. Aconteceu que o CELADE, [...] recebeu impressos com dizeres em língua croata. Dona Carmen Miró, diretora do CELADE, não conhecia tal idioma [...]. Na manhã seguinte, batida à máquina por Maria, Álvaro Vieira Pinto apresentou a dona Carmen a tradução pedida, em inglês e espanhol. Conversa vai, conversa vem, [...] acabou sabendo da desdita do tradutor. —

<sup>20</sup> Possivelmente essa menção à mãe se refere à tia-avó, Cora Maia Vieira Pinto, que havia adotado informalmente Álvaro Vieira Pinto e o criado após a mãe falecer (Côrtes, 2003, p. 316). Ver também nota de rodapé 22.

<sup>21</sup> Agradecemos à Professora Betty Oliveira que, em conversa pessoal, gentilmente contribuiu com essa observação.

Professor, há filosofia na demografia? Por favor, escreva um ensaio para nós (Nunes, 1979, p. 178)

Em 1967, Álvaro ministrou curso de extensão para turma de médicos sanitaristas, na Escola de Saúde do Chile (Côrtes, 2003; Nunes, 1979). Na cerimônia de encerramento, Vieira Pinto foi muito aplaudido e agraciado com suas aulas gravadas e datilografadas, bem como uma cátedra na universidade: “Álvaro correu para abraçar Maria, com amor e gratidão, e com gratidão e amor depositou nas mãos da Tia Cora o prêmio das conferências encadernadas” (Nunes, 1979, p. 180).

No Chile, realizavam encontros com outros grupos de exilados (tais como Ernani Maria Fiori, Paulo e Elza Freire, Fernando Henrique e Ruth Cardoso, Adão Pereira Nunes, entre outros). No Chile, também estive com o casal a Tia Cora, assim como Mariza Urban. Sobre a vida cotidiana, Mariza Urban comenta episódio vivenciado entre amigos:

Mariza: Quando ele foi para o Chile, exilado, ficou uma história muito conhecida e engraçada entre seus amigos. [...] foi convidado para proferir uma aula magna para o curso de Medicina, sobre pesquisa em câncer. [...]. Quem me falou sobre esse episódio foi o Paulo Freire, eram muito amigos [...]. Aí ele escreveu a aula sobre o assunto, dobrou e colocou no bolso do paletó. Aí, a Maria, com quem tinha se casado às pressas antes de sair do Brasil (ela era secretária dele no ISEB) tinha colocado nele dois pulovers por baixo do paletó de lã. No ponto de ônibus, tio Álvaro sentiu calor, tirou o paletó para tirar os pulovers e viu um gancho na sua frente e, de acordo com Paulo Freire, pensou: “Ah! Isso deve ser o que o vulgo chama de cabide”! E pendurou o casaco que, para sua surpresa saiu andando, pois era um gancho da lateral de um caminhão que estava parado. Percebendo isso, meu tio começou a correr atrás do caminhão gritando: “A minha aula... A minha aula!” Todo mundo ajudou a parar o caminhão, isso para dizer que ele nem estava preocupado com o paletó, mas com a aula que estava no bolso. Daí o caminhão parou e alguém lhe trouxe o paletó com a aula. O que ficou do fato foi a gozação entre os seus amigos que estavam com ele (Ernani Maria Fiori, Paulo Freire). E aí, todo mundo lá no Chile brincava com ele sobre a coisa dizendo: “Isso deve ser o que o vulgo chama de...” (Fáveri, 2012, p. 100-101).

O caso também mostra a preocupação de Maria Aparecida com a saúde de seu marido, que vinha demonstrando sinais de estar debilitado com a experiência do exílio. Segundo Lourdes e Jorge Fernandes Schumacher (Fáveri, 2012, p. 91, 125), ele não gostava de morar fora e “não via a hora de voltar para o Brasil”. Somado a isso, agravava-se a falta de contato com a família. A mãe de Maria, Clementina Fernandes (nascida em 16 de setembro de 1879, filha de Francisco Fernandes e Rita Joaquina Fernandes) faleceu na manhã de 15 de novembro de 1966, no Rio de Janeiro. Era viúva de Francisco Fernandes e sua profissão era a de doméstica. Quem compareceu ao cartório foi o sobrinho de Maria, Jorge Fernandes Schumacher, na época com 23 anos e bancário. No mesmo ano, em 22 de junho, Jorge e sua esposa, Vanda Machado, tiveram o infortúnio da perda da filha, durante a gestação.

A decisão de retornar não era uma escolha simples de se fazer, nem de se realizar, visto que o Brasil continuava em uma Ditadura — e os piores anos ainda estariam por vir, com a instauração do AI-5 (Côrtes, 2003). Maria retornou ao Brasil em 1967, depois de dois anos no Chile e três em exílio, sem ter, portanto, conseguido participar do enterro da mãe<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Em nota de jornal (Demitidos [...], 1964, p. 4), de 29 de agosto de 1964, é descrito que “Álvaro Vieira Pinto, a caminho do exílio na Iugoslávia, passou por Salvador [...] dizendo levar saudades de sua mãe de 84 anos que não espera encontrar viva se acontecer de voltar à Pátria”. Entretanto, sua mãe, Arminha Rosa Borges, havia falecido em 1932. Sua tia-avó, Cora Maia Vieira Pinto, que havia o adotado informalmente e criado (Côrtes, 2003, p. 316) nasceu em 7 de março de 1882 e possuía 82 anos na época. Ou, então, em triste pressentimento, referia-se à mãe de Maria Aparecida, Clementina Fernandes, nascida em 16 de setembro de 1879 e com 84 anos naquela data.

### *Dificuldades no retorno ao Brasil*

No Consulado do Brasil, em Santiago do Chile, em 5 de maio de 1967, Maria Aparecida obteve um Título de Nacionalidade (Figura 4), documento que permitiu seu regresso ao Brasil. Assim, Maria desembarcou no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1967, e Álvaro retornou depois, em dezembro de 1968 (Côrtes, 2003, p. 322; Saviani, 2010, p. 19)<sup>23</sup>.

**Figura 4** – Título de Nacionalidade de Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto obtido no Consulado do Brasil em Santiago do Chile



**Fonte:** Anistiados (1980).

Obs.: Fotografia 3x4 (à direita) no Título de Nacionalidade (à esquerda).

Para voltar ao Brasil, em meio à Ditadura que os obrigou a sair em exílio, buscaram auxílio de um amigo advogado (que possivelmente também advogava para as ligas camponesas) e foi feita negociação com os militares, para verificar se era possível o retorno, conforme relatou Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 124-125). O retorno veio acompanhado de condições e restrições, como a de Vieira Pinto não ministrar aulas nem conferências, em outras palavras, não participar da vida intelectual e acadêmica.

O retorno foi acompanhado de desafios. Entre as dificuldades emocionais, Vieira Pinto desenvolveu um temor profundo (Fáveri, 2014; Saviani, 2010) e adoeceu, pois “[...] ficou muito debilitado com tudo o que aconteceu”, como relataram Lourdes e Jorge Fernandes Schumacher (Fáveri, 2012, p. 91). De fato, a situação levou Vieira Pinto a desenvolver síndrome do medo, de ser preso e da polícia (Fáveri, 2012, p. 149, 206). O medo era justificado. Foram casas revistadas, trabalhos depredados e estavam em listas de procurados. Muitos conhecidos saíram em exílio, foram perseguidos, presos e fichados; e outras tantas pessoas foram monitoradas, desaparecidas ou mortas.

Entre as adversidades, ambos estavam sem trabalho. Ela havia sido demitida (Furtado, 2021, p. 71) e passaria ainda por um longo processo para se aposentar, que só se concluiria em 1980<sup>24</sup>. Seu marido havia sido impedido de trabalhar e a aposentadoria, inicialmente negada, só

<sup>23</sup> Entretanto, também existe menção à outra data. Ernani Vieira Pinto (em carta a Mainardes, 1992) relata 8 de setembro de 1968 como data de retorno do irmão, Álvaro, ao Brasil.

<sup>24</sup> Um fato posterior, que não conseguimos analisar nesse contexto: nas anotações de tempo de serviço de Maria consta que Maria recebeu “Promoção - por merecimento - oficial de administração (COD. AF-201 NÍVEL-16-C QPPP-



tempos depois seria concedida (Fáveri, 2012, p. 125-126). O casal então trabalhou em traduções de livros, sob pseudônimo (Côrtes, 2003). A habilidade de ambos e a necessidade financeira de agilizar o trabalho levaram o casal a desenvolver um processo de trabalho. Vieira Pinto lia os originais, traduzindo e ditando de cabeça diretamente para Maria taquigrafar e datilografar<sup>25</sup>. Entre 1970 e 1978, foram traduzidos 20 livros para a Editora Vozes (Gonzatto; Merkle, 2017). E três volumes das “Obras Escolhidas de Lênin” para Civilização Brasileira (de Ênio Silveira, que ofereceu o trabalho de tradução como uma ajuda), traduzidos e impressos no ano de 1970, mas que foram recolhidos e destruídos pela Ditadura, antes da distribuição, reforçando o temor e o receio do casal.

### *Anistia e aposentadoria*

Maria Aparecida possuía um histórico de assiduidade ao seu trabalho, de forma que poderia ter se aposentado quando ainda trabalhava no ISEB. Contudo, com todas as dificuldades econômicas da volta do exílio, buscou a reintegração do seu cargo no MEC para conseguir sua aposentadoria.

O Departamento Administrativo do Pessoal Civil – DASP (1971) discutia se Maria deveria, ou não, ser exonerada do seu cargo no Ministério. Em 16 de fevereiro de 1971, um parecer contra Maria questionou decisão anterior (exculpação da indiciada), da comissão de inquérito constituída em 31 de agosto de 1970 no MEC. O inquérito do DASP investigava se as faltas ao serviço configurariam abandono, buscando apurar o “elemento subjetivo”: se era intenção principal de Maria o de abandonar o cargo, ou se teve que fazê-lo por força maior. Sugeriu a exoneração da servidora, argumentando faltarem provas de uma força maior. Para tal, chegou a debater se “acompanhar o marido” poderia ter sido a motivação para a funcionária não comparecer ao trabalho, desconsiderando, portanto, que Maria também era perseguida política. Nesse sentido, sabemos que a ausência de Maria ao serviço foi a de salvaguarda de si, diante da perseguição política a si e a Álvaro, da destruição de seu local de trabalho, sabendo das invasões e prisões de pessoas próximas. O questionamento do processo, é claro, remete ao autoritarismo e à repressão do momento: afinal, como questionar um parecer de abandono de cargo, feito por um órgão da Ditadura, quando ela mesma foi a motivação do abandono de cargo? O Parecer (DASP, 1971), por fim, assinalou abandono de cargo e que a ausência do trabalho se efetivou por uma “opção” de não cumprir o seu dever. O Decreto de 15 de fevereiro de 1973 declarou Maria Aparecida como exonerada *ex-officio* (por imposição legal) do seu cargo de oficial de administração no MEC, valendo desde 24 de julho de 1964, e foi extinguida, por prescrição, a punibilidade do abandono de cargo (Anistiados, 1980).

A questão da aposentadoria de Maria Aparecida só foi retomada com a Anistia. Se, por um lado, serviu para que tantos militares continuassem sem punição, para pessoas como Maria representou o alívio de poder reaver alguns de seus direitos. A Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) foi publicada em 28 de agosto de 1979. Em dezembro, foi enviado requerimento de reintegração

---

MEC)”, tendo sido publicado em Diário Oficial em 22 de outubro de 1969 e constando como exercício 30 de setembro de 1963 (Anistiados, 1980).

<sup>25</sup> Agradecemos à Professora Norma Côrtes que, em conversa pessoal, gentilmente contribuiu com essa observação. Maria e Álvaro trabalhavam dessa forma desde o ISEB. Em comentário sobre a escrita de *A questão da Universidade* (Oliveira, 1982d): “Escrevi à ‘mão corrida’ 5 noites e entreguei ao pessoal da UNE. Era o roteiro de 1 aula sobre Universidade dada em Belo Horizonte na Faculdade de Filosofia. O pessoal da UNE ficou em cima para publicar. Passei tempos sem dar atenção até que por fim disseram que tinham uma gráfica e portanto bastava eu escrever. Maria bateu à máquina tudo de boca. Entreguei ao rapaz cearense. Era secretário, acho. Tiraram 4.000 exemplares e venderam tudo. E depois veio a apreensão. Não cedi os direitos autorais”.

no cargo (Oficial de Administração, nível 16-C, no MEC) do qual havia sido exonerada, assim como de sua aposentadoria, por ter sido exilada em 1964 por motivos políticos, e por já possuir, naquele ano, tempo de serviço suficiente para o benefício. Encaminhado ao Ministério, o pedido recebeu parecer positivo. Em 19 de setembro de 1980, foi publicada a Portaria da Anistia de Maria Aparecida, agora reintegrada ao MEC (Quadro Suplementar), e, em 31 de dezembro, a Portaria concedendo-lhe aposentadoria.

### *Vida no Brasil pós-exílio*

Ao retornarem ao Brasil, Maria e Álvaro viveram juntos em um apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro. Em relato de sua visita ao casal, Dermeval Saviani (2010, p. 12) conta que Maria Aparecida “[...] envolve-se com o mesmo entusiasmo [da época do ISEB] nas tarefas do presente, datilografando os manuscritos e se propondo a registrar os ‘insights’ do marido para eventuais publicações posteriores”, Maria provavelmente mantinha contato com a irmã e a família, que também era do Rio. Não encontramos relatos da rotina dela, mas podemos imaginar que dialogava com a de Álvaro. Segundo Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 124), Vieira Pinto dava uma volta na rua, trabalhava, lia e escrevia, mas “[...] não estava enclausurado, como muita gente pensava... Ele saía e tinha muita gente que ia visitá-lo”, ainda que sem um trabalho institucional.

Provavelmente, Maria cuidava dos afazeres e da economia doméstica, envolvia-se com atividades intelectuais com o marido, visitas e eventos sociais, além de tocarem música juntos, que era um interesse em comum dos dois (Fáveri, 2012, p. 123). Segundo Jorge Fernandes Schumacher (Fáveri, 2012, p. 92), Vieira Pinto contava “[...] que seu esporte era ouvir música ou tocar violino acompanhado por sua esposa, que era minha tia, que tocava piano”.

Maria e Álvaro, ainda que passassem muito tempo sozinhos, tinham convivência social. Recebiam amigos e ex-estudantes em casa, mesmo após a volta do exílio (Fáveri, 2012, p. 120). Por exemplo, o casal recebeu visitas de Betty Oliveira<sup>26</sup> e Dermeval Saviani, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), interessados nas ideias educacionais de Vieira Pinto. Primeiro, em 1977, com Saviani e três professoras (Saviani, 2010). Retornaram de agosto de 1982 a julho de 1983 (Fáveri, 2014, p. 101), com o projeto de alfabetização de adultos para funcionários da UFSCar, que resultou na publicação do livro *Sete lições sobre educação de adultos* (Vieira Pinto, 1982; Saviani, 2024). Esse contato se estendeu em uma relação de amizade entre Maria Aparecida, Álvaro Vieira Pinto e Betty Oliveira (Oliveira, 1982a, 1982b, 1982c, 1985, 2010, p. 9), as quais trocaram telefonemas e cartas por anos<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Betty Antunes de Oliveira (filha) foi pesquisadora, pedagoga, música e artista visual (1940-2024). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1961-1964) e Música (UFRJ), Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) (1972-1974) e em Música (UFRJ), Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1975-1978), com estágio pós-doutoral na Universidade de Kassel, na Alemanha (1978-1980). Foi docente de Filosofia da Educação na UFRJ (1969-1972) e na UFSCar (1972-1992), professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e consultora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entre suas contribuições à teoria e à prática em Filosofia e História da Educação, a tecnologia educacional e alfabetização de adultos no Brasil, coordenou o Programa de Alfabetização de Funcionários (PAF) da UFSCar (1980-1985), com assessoria de Paulo e Elza Freire (Oliveira, [2014?]; Saviani, 2024).

<sup>27</sup> Agradecemos à Betty Oliveira pela abertura e disponibilização de seu acervo de pesquisa, que revela cartas e documentos dessa relação. Esse acervo encontra-se atualmente em estágio inicial de organização por Luiz Ernesto Merkle e Rodrigo Freese Gonzatto.

Especulamos que Maria e Álvaro, mesmo não preferindo grandes eventos e reuniões, participavam de alguns encontros, quando convidados/as, em pequenas conferências em seu apartamento. Conta Jorge Roux (Fáveri, 2012, p. 134-136), ao lembrar do café que servia:

Roux: Meus encontros com o professor Vieira Pinto se deram na informalidade. A sala de aula era seu apartamento, junto com a D. Maria, sua esposa, que cordialmente nos brindava com o gostoso cafezinho que só ela sabia fazer. [...] a gente ficava horas ali conversando, e nunca tive uma coisinha que fosse em desabono a sua cortesia. [...] nós ficávamos longas horas conversando e ele não era o tipo de homem que convidasse para tomar um cafezinho no bar. D. Maria tratava de nos assistir para que pudéssemos conversar tranquilamente.

Nesse contexto, temos uma Maria Aparecida que assume (provavelmente desde o exílio) a atuação principal como dona de casa. De fato, o “destino” (Beauvoir, 2014) de ser “do lar” era o comum para as mulheres brancas em sua época (Lagarde, 2005), mas a imagem de Maria como dona de casa contrasta com os indícios que temos de sua juventude e vida adulta. Ela construiu uma sólida carreira profissional e, como isebiana, chefiou a secretaria de um dos mais importantes espaços intelectuais dos anos de 1960, na capital nacional, durante seus nove anos de existência (1955-1964). Entretanto, sua trajetória profissional foi entrecortada pelo Golpe Civil-Militar e os três anos de exílio que passou sem emprego formal e os vínculos que tinha no Brasil. Diante de situações como essa, Spigolon (2014) usa o conceito de reconversões ao analisar o contexto de exiladas brasileiras e as construções de identidades que realizaram em virtude do exílio. Em relato de vivência no exílio, a educadora Elza Freire (1980, p. 201-202) conta:

A coisa que realmente a gente sente é no outro dia quando amanheci no Chile, não ter trinta e cinco professores nem 600 alunos que era a população do meu grupo escolar, [...]. Não pensei em trabalhar fora de casa no Chile porque não tinha tido, depois de casada, o gosto realmente de ser dona de casa. Para mim foi um prazer, porque sempre, todas as manhãs quando saía pro trabalho, uma coisa me chamava a atenção: era que todos estavam em casa, na sua coisa e eu tinha o que fazer fora e não tinha aquela oportunidade de saborear a vida da casa. Talvez por isso eu tenha uma certa culpa por ter assumido todo o trabalho doméstico. Como antes de sair do Brasil eu tinha uma vida muito ativa, me sobrava bastante energia e vitalidade. Precisava me gastar e talvez isso, de certa maneira, explique eu fazer tudo porque não me era tão pesado e sim vantajoso, compreende? Tanto me encanta o trabalho fora quanto o trabalho dentro da casa.

O relato apresenta o trabalho de dona de casa como uma escolha para si, de uma atividade necessária, ainda que diante de uma divisão por gênero das possibilidades de trabalho. Possivelmente, o desafio similar de reconversão foi enfrentado por Maria Aparecida.

Maria Aparecida havia perdido seu trabalho no serviço público, e provavelmente a preferência de ambos por encontros em sua casa (assim como o retraimento que iriam desenvolver à medida que o tempo passava), estava ligado à Ditadura. Sobre o receio que Maria tinha de Álvaro não voltar para casa: possivelmente por acreditar que ele poderia ser preso ou sequestrado a qualquer momento. Roland Corbisier (Fáveri, 2012, p. 216-217) comenta:

Corbisier: Um homem extremamente metódico, a tal ponto que nós fazíamos reuniões, constantemente, na minha casa, ele ficava até meia-noite, depois ia embora, porque sua esposa estava esperando, ela não dormia até quando ele não chegasse. Maria ficava esperando por Vieira Pinto, quando ficava até tarde fora.

O medo de perseguições não era infundado. Documento confidencial do Ministério do Exército (Conferência, 1968) relata o acompanhamento de reuniões, consideradas “suspeitas” na casa de Osny Duarte Pereira, entre junho e setembro de 1968. São registros de carros que entravam na residência, nomes de pessoas, suas conexões e transcrições de conversas, reportadas por um informante. Um trecho específico menciona Maria e um bilhete com nomes de médicas:

No dia 28 (domingo), OSNY ofereceu em sua residência uma feijoada aos amigos. [...] b) - um pedaço de papel que ficou esquecido na mesa de OSNY e MARIA APARECIDA FERNANDES VIEIRA PINTO, continha os seguintes dados: “Dra. INÊS BESOUCHET e Dra, SARAH TOLENTINO Dr. VALTER - R. PAULO BARRETO 34 (BOTAFOGO)” (Conferência, 1968, p. 27)

Esse documento é um exemplo do grau de intimidade com que a Ditadura monitorou a vida das pessoas. E também apresenta as relações sociais que Maria e Álvaro desenvolveram com intelectuais e personalidades da sociedade brasileira (o informante correlacionou mais de 20 nomes entre os presentes na reunião, incluindo militares, ministros e doutores; a presença de mulheres, enfermos, foi resumida à de Maria). Mesmo anos depois, em 1980, o Serviço Nacional de Informações (SNI) continuou a vigilância, tal como mostra um dossiê confidencial (Dossiê, 1980), em que informações de Maria Aparecida constam mescladas aos dados de homônima.

Como casal, Maria e Álvaro tiveram uma relação de parceria na dedicação ao trabalho, na rigorosidade em suas atividades, na música e na preocupação e cumplicidade um pelo outro. No entanto, “casal” também é categoria de suspeita pela hermenêutica feminista. Ao especularmos sobre essa relação, não nos parece suficiente a noção de que apenas completavam um ao outro, ideal recorrente na naturalização do ideal de amor romântico (Campagnaro, 2019; Eggert; Silva; Campagnaro, 2021). De Maria Aparecida não temos informações sobre relacionamentos anteriores, mas não se casou em juventude e se dedicou à carreira profissional durante a vida. Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 113) contou que Vieira Pinto teve interesses amorosos para com ele, mas não se interessava. Assim, os indícios apontam que nenhum dos dois tinha o casamento ou a parentalidade como projeto de vida, mas se importavam um com o outro. Em um momento difícil, casaram-se como forma de apoio mútuo e desenvolveram uma relação afetiva em maturidade, compartilhando a cumplicidade das situações limite que viveram, pela repressão da Ditadura, até o final da vida.

### *Últimos anos*

Após praticamente 23 anos vivendo juntos, Álvaro Vieira Pinto veio a falecer, de infarto, em 11 de junho de 1987, no Rio de Janeiro, aos 77 anos (Côrtes, 2003; Fáveri, 2014). Sobre a década seguinte, não encontramos informações a respeito de Maria Aparecida, mas podemos especular que viveu próxima da irmã, Lourdes, e da sua família. Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto veio a falecer em 18 de outubro de 1997, aos 86 anos, no Rio de Janeiro.

Do que sabemos dos últimos anos de vida de Maria Aparecida, é que foram marcados pelo cuidado com Álvaro. Havia muitos telefones de médicos na agenda de Maria, como contam Lourdes e Jorge, suspeitando ser “[...] por motivo da pesquisa que estava desenvolvendo na área médica ou por um estado de hipocondria pelo qual o filósofo passava” (Fáveri, 2012, p. 91); ele estava com problemas ósseos por não sair de casa e com muito receio de novas perseguições. Entretanto, a agenda também evidencia a preocupação com a saúde do marido.

Embora impedido de publicar (pelo menos até a Anistia, em 1979), nos últimos anos de vida, Álvaro escreveu uma série de manuscritos de obras originais (Gonzatto; Merkle, 2017), que eram datilografados por Maria, para, depois, serem revisados por ele (Fáveri, 2012, p. 103-104, 106). Especulamos o quão importante era essa atividade para os dois; uma interlocução central na relação do casal, desde quando trabalhavam no ISEB. Durante e após o exílio, devem ter elaborado centenas de textos, cartas, livros, traduções, entre outros. Contando com a última tradução conhecida, de 1978, foram pelo menos mais de 20 anos em que o trabalho de Maria compôs a obra escrita de Vieira Pinto.

Entretanto, Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 120-121) relatou que essa atividade dos dois começou a se tornar inviável, pois, mais ao final da vida, Vieira Pinto estava ficando com a audição debilitada, e Maria Aparecida, com a visão comprometida. Mariza dispôs-se a contratar uma profissional para datilografar as obras, e, depois, propôs que ela mesmo o fizesse, mas conta que Maria não aceitou a proposta, e o próprio Álvaro não quis contrariar a posição de Maria. Mariza Urban contou:

Mariza: Um belo dia, algum tempo antes de morrer, eu estava conversando com tio Álvaro e ele me confessou: “Mariza, eu agora completei todo o meu pensamento! Eu tenho oito volumes manuscritos! Mas eu não estou podendo ditar para a Maria datilografar porque ela está quase cega.” Ela datilografava e ele corrigia. Mas ele também estava com a visão comprometida. Aí eu propus - “Tio Álvaro, eu arranjo uma profissional, eu não vou dizer que vou fazer para você, porque a Maria não vai gostar... mas eu arranjo uma profissional. Eu pago esse profissional. Veja que oito volumes é muito material.” [...]. Pois ela não deixou. E como eu não queria agitá-lo, e quando se falava do assunto ele ficava agitado porque ele queria fazer isso, e ela, irredutível, não permitiu. Então, como não queria agitá-lo, ele com idade e ela também, eu não queria interferir na sua vida, uma vez que não tinham filhos e viviam sozinhos no apartamento (Fáveri, 2012, p. 103-104).

“[...] não estou conseguindo corrigir, não estou conseguindo trabalhar neles! A Maria está cega e não está conseguindo bater à máquina”. Foi quando eu ofereci uma datilógrafa para fazer o serviço que Maria fazia. E ele gostou da ideia! Depois ele recusou porque a Maria não aceitou a minha proposta. Aí, por fim, eu me ofereci para bater a máquina, mas, mesmo assim, ela recusou (Fáveri, 2012, p. 121).

Certamente, foi muito difícil para Maria Aparecida não poder exercer uma das atividades centrais em toda sua vida, que levou ao seu desenvolvimento na sua carreira e que, desde o início do seu relacionamento, foi uma conexão próxima com o esposo. Em nossa sociedade, fortemente marcada pelo privilégio à informação visual e à inacessibilidade de pessoas cegas, a rotina de Maria encontrava-se alterada, assim como a de Álvaro, de quem ela cuidava.

O casal não teve filhos e diversas das obras de Vieira Pinto são até hoje tidas como perdidas (Gonzatto; Merkle, 2017). A expectativa de conseguir acesso a manuscritos de textos originais (Fáveri, 2012, p. 22) motivou a comunidade de pesquisa em torno de Vieira Pinto, no passado, a buscar contato com Maria Aparecida. Saviani (2010) comenta que era um desejo de Vieira Pinto que sua obra fosse publicada. Jorge Roux (Fáveri, 2012, p. 139) declarou que Vieira Pinto confiava muito na esposa e que, se falecesse, ela deveria publicar os manuscritos. De fato, sabemos que Maria tinha a confiança de Álvaro e colaborou para que obras viessem a público, participando de preparação da edição, com correções e entrevistas (Oliveira, 1982a, 1982b, 1982c). Entre 1982-1983, Betty de Oliveira e Saviani mantiveram relação com Maria e Álvaro, que resultaram em publicações — do inédito *Sete lições sobre educação de adultos*, em 1982, e, depois, da reedição de *A questão da Universidade*, em 1986 (Saviani, 2014). Entretanto, não foi possível obter outros textos. Segundo Saviani (2014, p. 9):

A tentativa de conseguir novos originais para publicação esbarrava na resistência de sua esposa, dona Maria Aparecida, que relutava em cedê-los. [...] No dia 1 de junho de 1987 sobreveio a morte de Álvaro Vieira Pinto. E, apesar das diversas tentativas feitas por Betty Oliveira que, nesses vários contatos, havia feito amizade com sua esposa, dona Maria permaneceu irredutível, fechando-nos qualquer acesso aos originais de Vieira Pinto.

Nesse tema, Mariza Urban (Fáveri, 2012, p. 120) conta como, em um momento após a volta do exílio, Maria interveio na proximidade do esposo com a família:

Mariza: A tia Maria era uma pessoa super ciumenta. Ciúme de tudo, e até de nós, sobrinhos e membros da família... Às vezes, eu chegava lá no apartamento e ela me dizia que o tio Álvaro estava dormindo, fechava a porta... E depois descobríamos que era mentira. Aí, num dia desses de reunião de família o tio Álvaro me perguntava: “Por que você não me visita?” Aí, eu dizia para ele: “Tio Álvaro, eu canso de ir lá e você está dormindo.” “Eu?!” Entendeu (Fáveri, 2012, p. 117).

Mariza: [...] quando, meus filhos eram crianças, eu pedi para ele, se tinha algum tempo para ficar conversando com meus filhos porque eu entendia que ele poderia ensinar muito a eles. Só que tinha um problema... a Maria dificultava o contato dele com os meus filhos... Enfim, cortava bastante o nosso contato com o tio, para fazer isso arrumava algumas desculpas! Ora estava dormindo, ora ocupado. Eu mesma, às vezes, ligava para ele, e minha tia dizia que ele não escutava porque estava surdo. Sempre arranjava desculpas para evitar nosso contato com ele. Eu queria que eles ficassem uma hora por semana se isto não o cansava com tio Álvaro. Isto tudo para dizer que só eu sei o quanto ele foi útil para a minha vida. E queria muito que meus filhos tivessem este contato com ele... mas, infelizmente esse contato era impedido pela Maria... Enfim, minha intenção era que qualquer coisa que meu tio conversasse com meus filhos, eles saíam ganhando (Fáveri, 2012, p. 102-103).

Notamos que isso se desenvolveu próximo aos últimos anos de vida conjunta do casal. A motivação do afastamento e da negativa dos livros para publicação (ou uma posição da própria Maria) não é conhecida por nós. Os indícios levam-nos a entender que o tema da publicação não era trivial. Além de estarem com idade avançada e com problemas de saúde, o abalo emocional do impacto que a repressão da Ditadura (com eles e pessoas próximas) fez em suas vidas os deixavam inseguros em apoiar atividades que os colocariam em evidência novamente. Durante todos aqueles anos, passaram por muitas dificuldades, vivendo sob o medo de represálias. Osny Duarte Pereira (1992), ao trocar cartas com Álvaro durante o exílio, já o notava profundamente afetado pela vigilância do SNI, a ponto de pedir para que este, asilado em Paris, queimasse as correspondências trocadas:

Voltando ao Brasil, acometido pela neurose decorrente da repressão militar, [Álvaro] empenhava em manter-se isolado e as muitas tentativas que seus amigos e antigos discípulos armaram para curá-lo, resultaram infrutíferas. Infelizmente, Maria Aparecida, sua esposa e fiel companheira, parece ter sido vítima do mesmo mal. Originais de vários livros, em poder dela, aguardam publicação que ela recusa obstinadamente (Pereira, 1992, p. 3).

Não por acaso, Maria e Álvaro estavam receosos em publicar *Sete lições sobre educação de adultos*, o que só mudou pela mediação da mãe de Betty Oliveira (filha)<sup>28</sup>, que os convenceu da importância da publicação. Ainda assim, trechos das entrevistas feitas para a introdução do livro foram omitidos da versão final, especialmente os que mencionavam outras pessoas, para preservá-las de implicações com a Ditadura. Vieira Pinto vinculava diretamente a perseguição sofrida às suas obras: “O que me botou fora da Universidade foi o livro ‘A questão da Universidade’” (Oliveira, 1982e, p. 1), inclusive comenta que uma segunda edição do seu livro *Porque os ricos não fazem greve* estava sendo preparada em 1964, mas apreendida logo que veio o golpe<sup>29</sup>. Em suas palavras: “Mas não chegou a ser impressa porque veio o golpe. Foi aí que acabou tudo: o livro, o Ênio, acabei eu, acabou tudo” (Oliveira, 1982c, p. 2).

<sup>28</sup> Betty Antunes de Oliveira (mãe, 1919-2016) foi professora, escritora, historiadora, jornalista e música e desenvolveu extensa pesquisa sobre a história dos batistas no Brasil (Oliveira, 2017). Agradecemos à Professora Betty Oliveira (filha) que, em conversa pessoal e por acesso a documentos de seu acervo, contribuiu com essas observações.

<sup>29</sup> Em entrevista, Maria Aparecida esclarece “[...] que foi ela que disse ao DS [provavelmente: Delinquente Subversivo] para não listar essa obra porque poderia parecer uma provocação já que na época estava havendo greves em São Paulo” (Oliveira, 1982c, p. 2).

Por fim, a hermenêutica feminista nos exige suspeitar, também, sobre o quanto da escrita assinada por Álvaro Vieira Pinto pode possuir participação de Maria Aparecida. Sabemos que muitos dos textos dele passaram por ela, de modo que foi sua primeira leitora. É possível suspeitar que ela contribuiu de alguma forma em como a filosofia do marido foi publicada. Fazia notas, organizava e sugeria ideias? Não sabemos, mas especulamos que sim. O que temos como garantia é o impacto do desmonte das instituições democráticas, que, por pressão, violência, vigilância ou diásporas, manobram a trajetória de suas vidas, e o destino de diversas dessas obras datilografadas, esforço de décadas de Maria Aparecida e Álvaro Vieira Pinto, que não puderam ser publicadas, ainda não vieram a público, ou se perderam de vez.

## Considerações finais

Esta pesquisa avança a compreensão sobre Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto, reunindo rastros biográficos em uma narrativa centrada em sua própria trajetória de vida. Mesmo com lacunas, os resultados da pesquisa ajudam a desenhar outra imagem de quem foi e o que fez Maria Aparecida, apresentando-a como escriturária, secretária, isebiana, exilada e dona de casa.

A reunião desses indícios biográficos, além de ajudarem a construir uma história de Maria Aparecida, contribuem em revelar aspectos entre os anos 1930 e 1980 que se interseccionam com a história de mulheres, da construção de espaços educacionais como o ISEB, das trajetórias em secretariado e de servidoras do MEC, das experiências das exiladas, da repressão da Ditadura Militar, assim como da vida do educador Álvaro Vieira Pinto. Auxiliam na reflexão sobre a participação de mulheres em espaços da intelectualidade brasileira. Mulheres, como Maria Aparecida, apoiaram, viabilizaram e atuaram em feitos que, pela hermenêutica androcêntrica, são minimizados ou caracterizados apenas pelos esforços de homens.

Como já salientamos, nos últimos anos, a retomada da história das mulheres no campo da Educação vem oferecendo novos olhares, tal como os trabalhos de Nima Spigolon (2014, 2022), que revelam a importância de Elza Freire na história da pedagogia freiriana, costumeiramente centrada apenas na figura de Paulo Freire. Discutir a presença de mulheres evidencia como foi negado o protagonismo às mulheres na esfera pública, e como foi desprestigiado seu investimento de energia vital (Lagarde, 2005) em atividades para “outros”. A memória delas instiga o reconhecimento de desigualdade de gênero, a importância da vida privada, e a valorização do trabalho de cuidado, manutenção e reprodução da vida cotidiana.

A hermenêutica feminista (Eggert, 1999; Eggert; Silva; Campagnaro, 2021; Paixão; Eggert, 2011) foi fundamental nessa investigação, com as chaves de suspeita e especulação impulsionando o esforço de investigação em cada etapa da pesquisa. Nesse sentido, destacamos o potencial do procedimento hermenêutico, que não se resume à interpretação das informações já levantadas. Em um sentido freiriano (Freire, 1989), a hermenêutica feminista impele a ler o mundo, até antes da leitura dos textos: na opção pelo objeto de estudo, na suspeita de narrativas, na escolha por fontes, na seleção de dados, sua análise, e na redação dos resultados. Recomendamos futuras investigações sobre essas dimensões, tal como o seu sentido ético-ontopistemológico (Mainardes, 2022), visando contribuir com o desenvolvimento da metodologia.

A respeito da pesquisa documental, observamos algumas dificuldades de pesquisa quanto à história das mulheres. Em trabalhos como os de secretária e de escriturária, a autoria não é reconhecida: seus trabalhos são feitos para outras pessoas, sem a assinatura de quem os elaborou. Além disso, sentimos a necessidade de exercitar a desconfiança de fontes — por exemplo, documento confidencial do SNI (Dossiê, 1980) continha alguns dados de Maria Aparecida Fernandes em meio a um dossiê de uma homônima.

Os resultados aqui apresentados não representam um esforço exaustivo de rastreamento biográfico e carecem de novas informações que possam tanto corroborar ou contestar dados e suspeitas/especulações bem como servir de base para novas interpretações e hipóteses. Também, é necessária atenção a mulheres importantes nessa narrativa, como Lourdes Fernandes e Mariza Urban, e outras que compartilharam os espaços de secretariado, no ISEB, na família e no exílio. Esperamos que os resultados da pesquisa atual possam auxiliar outros esforços de investigação. Para estudos futuros, indicamos a obtenção de novas fontes, especialmente documentais (jornais, depoimentos, cartas, entrevistas, por exemplo), com foco biográfico e na história de vida, por meio de documentos pessoais e entrevistas.

## Agradecimentos

Agradecemos à Betty Antunes de Oliveira, pelas conversas sobre sua convivência com Maria Aparecida e Álvaro Vieira Pinto e pela abertura e disponibilização de seu acervo de pesquisa; sentimos com pesar sua perda neste ano, mas com a alegria de poder ter conhecido um pouco de sua trajetória como educadora e intelectual brasileira; à Norma Côrtes, Luiz Ernesto Merkle e Beatriz Beer Elias, pelas contribuições em versões preliminares do texto e pelo apoio às questões da nossa pesquisa; ao Eric Schumacher, pelo contato atencioso e pela autorização de uso de foto; ao Jefferson Mainardes e ao Breno Costa, pelo auxílio com fotos e informações; e ao Arquivo Nacional, por tratar-se de esforço de preservação e acesso da memória da Ditadura, visto que muitos documentos acessados eram, em sua época, confidenciais. Agradecemos a todas e a todos que trabalharam em seus acervos, em um cuidado com a memória, que é fundamental para a recuperação de nossa história.

## Referências

[ANISTIADOS] Fundo: **Serviço Nacional de Informações**. Título: Retorno a atividade de servidores anistiados do ministério da educação e cultura mec maria aparecida fernandes vieira pinto manojão ribeiro tavares noely heinrich barleze. Data: 29/10/1980. Número de folhas: 88. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011777 – Dossiê.

ASILADOS. **Última Hora**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 4.551, p. 2, 25 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=101047>. Acesso em: 8 abr. 2024.

[ATIVIDADES] Fundo: **Serviço Nacional de Informações**. Título: Atividades subversivas no ISEB. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 28/11/1973. Número de folhas: 21. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73075311 – Dossiê.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. 2 v.

BRASIL. Ministério da Educação. História. **Gov.br**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 6 jun. 2024.

CAMPAGNARO, S. **Mulheres e a madrepósua que há em nós: a educação para o amor romântico**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CESTARI, L. Esquerda, volver: o Movimento Nacionalista Feminino (1963-1964). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 625-649, jan./jun. 2021.



[CONFERÊNCIA] Fundo: **Serviço Nacional de Informações**. Título: I Conferencia Sindical Municipal Do Partido Comunista Brasileiro, Pcb, No Rio De Janeiro Rj. 3.1 3.2.. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 28/6/1968. Número de folhas: 71. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68012841.

CORBISIER, R. A morte de um sábio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 97, n. 88, 5 jul. 1987. Caderno B Especial, p. B9. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/204432](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/204432). Acesso em: 3 fev. 2024.

CÔRTEZ, N. **Esperança e democracia**: as idéias de Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro: Iuperj; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

DEIFELT, W. Da cruz à árvore da vida: epistemologia, violência e sexualidade. *In*: NEUENFELDT, E.; BERGSH, K.; PARLOW, M. (org.). **Epistemologia, violência e sexualidade**: olhares do II Congresso Latino-americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 13-30.

DEIFELT, W. Temas e metodologias da Teologia Feminista. *In*: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (org.). **Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 171-186.

DEMITIDOS 36 servidores da Petrobrás na Bahia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 74, n. 204, p. 4, 29 ago. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=57557](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=57557). Acesso em: 8 fev. 2024.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL. **Funcionário público - abandono de cargo - prescrição**. Decorrido o prazo de prescrição da pena disciplinar, no caso de abandono de cargo, procede-se a exoneração do funcionário, independente de processo administrativo. Processo nº. 6.054/68, de 26 de fevereiro de 1971. Relator: Glauco Lessa de Abreu e Silva. [S. l.]: DASP. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/36467/35236>. Acesso em: 18 jun. 2024.

[DOSSIÊ] Fundo: **Serviço Nacional de Informações**. Título: Maria Aparecida Fernandes - Dossiê. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 29/10/1980. Número de folhas: 6. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011656 – Dossiê.

EGGERT, E. A mulher e a educação: possibilidades de uma releitura criativa da hermenêutica feminista. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 19-28, 1999.

EGGERT, E.; SILVA, M. A. da; CAMPAGNARO, S. **O amor tudo crê, tudo suporta?** Conversas (in)docentes. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2021.

FÁVERI, J. E. de (org.). **O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2012.

FAVERI, J. E. de. **Álvaro Vieira Pinto**: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo: LiberArs, 2014.

FERREIRA, S. A. **Vieira Pinto em enunciados concretos na mídia impressa brasileira**: traços de uma trajetória vivida. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FIORINZA, E. S. **As origens cristãs da mulher**: uma nova hermenêutica. São Paulo: Paulinas, 1992.

FIORINZA, E. S. **Los caminos de la sabiduría**: una introducción a la interpretación feminista de la Biblia. Bilbao: SALTERRAE, 2004.

FREIRE, E. C. Setembro de 1977. *In*: COSTA, A. de O.; MORAES, M. T. P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. da R. (org.) **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 200-206.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.

FREITAS, M. C. de. **Álvaro Vieira Pinto**. A personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 1998.

FURTADO, C. **Correspondência intelectual**: 1949-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio**. Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONZATTO, R. F. **Usuários e produção da existência**: contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire à interação humano-computador. 2018. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GONZATTO, R. F.; CAMPAGNARO, S.; MERKLE, L. E.; EGGERT, E. Sobre o conceito de amaterialidade em Beauvoir e Vieira Pinto a partir de experiências de artesãs. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DA PUCPR, 15., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017.

GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. Maria Aparecida Fernandes. **Rede Álvaro Vieira Pinto**, [s. l.], 8 maio 2015. Disponível em: <http://www.alvarovieirapinto.org/maria-aparecida-fernandes/> Acesso em: 26 jan. 2024.

GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento bibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 69, p. 286-310, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8644246>

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A. de; BARONE, L. S. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 31, n. 90, p. 17-38, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>

INDICIADOS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.908, p. 1, 4 set. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1964\\_21908.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21908.pdf). Acesso em: 1 abr. 2024.

LAGARDE, M. Identidad de género y derechos humanos. *In*: LEAL, C. B.; MUÑOZ, S. G. (org.). **Gênero, Meio Ambiente e Direitos Humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 127-164.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. México: UNAM, 2005.

LOVATTO, A. ISEB: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 162, p. 9-40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.002>

LOVATTO, A. Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann: presença feminina nos Cadernos do povo brasileiro nos anos 1960. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 178-197, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p178>

MAINARDES, J. Álvaro Vieira Pinto: uma análise de suas ideias pedagógicas. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 3, p. 98-117, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.24115/S2446-622020151378p.98-117>

MAINARDES, J. **Reconstrução histórica da vida e obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)**. Relatório de pesquisa (Departamento de Educação). Ponta Grossa: Editora UEPG, dez. 1992. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.1420.7445>

MAINARDES, J. Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da política educacional. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 30, n. 146, p. 1-21, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7436>

MARTINS, C. E. ISEB (Verbetes). **Enciclopédia Latinoamericana**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/i/iseb>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MATIELLO VAZ, C. de F.; TEREZINHA LAIMER, R. A inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento da profissão secretária. **Secretariado Executivo em Revist@**, Passo Fundo, v. 6, p. 1-17, dez. 2011.

NUNES, A. P. **Do planalto à cordilheira: memórias de um médico cassado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, B. [**Correspondência**]. Destinatário: Álvaro Vieira Pinto. São Carlos, 25 fev. 1982a. 2 folhas.

OLIVEIRA, B. [**Correspondência**]. Destinatário: Álvaro Vieira Pinto. São Carlos, 6 maio 1982b. 2 folhas.

OLIVEIRA, B. **Anotações de conversa [com Álvaro Vieira Pinto e] dona Maria, esposa do Prof. Álvaro Vieira Pinto sobre “Porquê os ricos não fazem greve”**. Acervo pessoal de Betty Oliveira. 1982c. 2 folhas.

OLIVEIRA, B. **Anotação de conversa com Álvaro Vieira Pinto sobre A questão da Universidade**. Acervo pessoal de Betty Oliveira. Rio de Janeiro, 10 nov. 1982d.

OLIVEIRA, B. **Anotações de entrevista com Álvaro Vieira Pinto**. Acervo pessoal de Betty Oliveira. Rio de Janeiro, 15 jul. 1982e. 4 folhas.

OLIVEIRA, B. [**Correspondência**]. Destinatária: Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto. São Carlos, 18 abr. 1985. 1 folha.

OLIVEIRA, B. Curriculum Vitae Artístico de Betty Antunes de Oliveira (filha) (1940 - 2024). **Betty Oliveira Home Page**, 4 jul. [2014?]. Disponível em: <http://bettyoliveira.com.br/curric.html> Acesso em: 30 jul. 2024.

OLIVEIRA, B. Introdução. *In*: VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-28.

OLIVEIRA, B. Apresentação. **História dos Batistas no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://bettyoliveira.com.br/historia/> Acesso em: 30 jul. 2024.

PAIVA, V. P. **Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PAIXÃO, M.; EGGERT, E. A hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. *In*: EGGERT, E. (org.). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 15-24.

PEREIRA, O. D. [**Correspondência**]. Destinatário: Jefferson Mainardes. Rio de Janeiro, 22 fev. 1992. 1 carta.

RIBEIRO, D. C. dos R.; WEBER, M. T. D.; CIELO, I. D.; SANCHES-CANEVESI, F. C. A empregabilidade em secretariado executivo: o caso dos padrões estéticos e comportamentais. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 19, n. 1, p. 162-183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/revex.v19i1.24211>

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SÁNCHEZ BELLO, A. El androcentrismo científico: el obstáculo para la igualdad de género en la escuela actual. **Educación**, Barcelona, v. 29, p. 91-162, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/educar.331>

SAVIANI, D. Homenagem à Betty Antunes de Oliveira. **Práxis Educativa**, v. 19, p. 1-3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23611.067>

SAVIANI, D. Introdução. *In*: VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-27.

SAVIANI, D. Prefácio. FAVERI, J. E. de. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire**. São Paulo: LiberArs, 2014. p. 9-11.

SODRÉ, N. W. **A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SPIGOLON, N. I. **As noites da ditadura e os dias de utopia...** O exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SPIGOLON, N. **Elza Freire e Paulo Freire: por uma pedagogia da convivência**. 2. ed. Uberlândia: Editora Pangeia, 2022.

STEIN, L. de M.; SAPIA, R. Ciências sociais e trajetória intelectual: entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, p. 37-55, 2004.

TÉRCIO, J. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, C. N. de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: um diálogo teimoso na educação. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

VIEIRA PINTO, Á. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962.

VIEIRA PINTO, Á. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIEIRA PINTO, Á. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

*Recebido em 24/04/2024*

*Versão corrigida recebida em 22/06/2024*

*Aceito em 23/06/2024*

*Publicado online em 07/08/2024*